



ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Elói Martins Senhoras
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021



ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Elói Martins Senhoras
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abráao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Organizações públicas e empresas privadas: estratégia, inovação e tecnologia

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

068 Organizações públicas e empresas privadas: estratégia, inovação e tecnologia / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-741-3

DOI 10.22533/at.ed.413211601

1. Organizações públicas. 2. Empresa privada. 3. Estratégia. 4. Inovação e Tecnologia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 346.81067

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O campo científico de Administração tem evoluído muito rapidamente ao longo das décadas por meio de uma estrutural tendência de crescente incorporação de novas agendas temáticas reflexivas aos avanços empíricos e às transformações na realidade tecnológica, organizacional e da própria sociedade.

Alicerçado na compreensão de que a construção do estado da arte no pensamento científico se fundamenta nas ricas experiências empíricas, o presente livro, “Organizações Públicas e Empresas Privadas: Estratégia, Inovação e Tecnologia” traz uma instigante agenda de estudos administrativos.

O objetivo de discutir desta obra coletiva, desenvolvida por um conjunto diferenciado de mais de 80 pesquisadoras e pesquisadores é discutir a realidade das organizações públicas e privadas por meio de uma reflexão imersiva sobre uma agenda tripartite de discussões relacionadas à estratégia, inovação e tecnologia.

Estruturado em 25 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas que coadunam de uma mesma lógica dedutiva, partindo da abstração teórica no campo epistemológico da Administração até chegar à empiria de estudos de caso, embora trazendo uma pluralidade de diferentes recortes teórico-metodológicos para a análise.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos do presente livro combina distintas abordagens quali-quantitativas, recortes teóricos e procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, corroborando assim para a apresentação de uma genuína agenda eclética de estudos, permeada pela pluralidade do pensamento e pela capacidade dialógica dos estudos.

Em função do paradigma eclético manifestado pela combinação de um conjunto diversificado de abordagens teórico-metodológicas, os principais eixos imersivos de condução dos debates focalizaram as agendas de logística, marketing, mercado de trabalho e gestão de pessoas, planejamento e gestão estratégica, bem como de empreendedorismo e inovação.

Com base nas discussões e resultados obtidos nesta obra, uma rica construção epistemológica é fornecida a um potencial amplo público leitor, fundamentada em relevantes análises de estudos de casos que corroboram teórica e conceitualmente para a produção de novas informações e conhecimentos sobre a fluida realidade das organizações públicas e de empresas privadas no período contemporâneo.

Excelente leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APLICAÇÃO DE AUDITORIA NO SETOR DE ALMOXARIFADO

Aline dos Santos Nonato
Regiane de Fátima Bigaran Malta
Sinéia Tenório Cavalcante Rodrigues
Thiago Bergoci

DOI 10.22533/at.ed.4132116011

CAPÍTULO 2..... 14

APLICAÇÃO DA TEORIA DAS FILAS PARA OTIMIZAÇÃO DO TEMPO DE ESPERA DOS NAVIOS DO SISTEMA PORTUÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Rebecca Moura Lody
Tamires Marques de Souza Rodrigues
Shih Yung Chin

DOI 10.22533/at.ed.4132116012

CAPÍTULO 3..... 30

TIPOLOGIA DA RELAÇÃO COMPRADOR-FORNECEDOR: DESEMPENHO PERCEBIDO EM RELAÇÃO À CADEIA DE SUPRIMENTO

João Barbosa França
Edgar Reyes Junior
Rafael Araújo Sousa Farias
Jonatas Dutra Sallaberry

DOI 10.22533/at.ed.4132116013

CAPÍTULO 4..... 43

CONSCIÊNCIA PARA QUE TE QUERO? SOBRE AS INFLUÊNCIAS DOS PROCESSOS INCONSCIENTES NO COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES

Cátia Fabíola Parreira de Avelar
Ricardo Teixeira Veiga
Pedro Henrique de Freitas Guimarães Nejm

DOI 10.22533/at.ed.4132116014

CAPÍTULO 5..... 61

A CONTRIBUIÇÃO DO NEUROMARKETING PARA AUMENTAR A VANTAGEM COMPETITIVA DAS EMPRESAS NO MERCADO CONSUMIDOR

Karina Szendela
Adriana Queiroz Silva

DOI 10.22533/at.ed.4132116015

CAPÍTULO 6..... 74

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA COMO FERRAMENTA PARA ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A EXPERIÊNCIA CUBANA

Alexis Santiago Pérez Figueredo
Márcia Aparecida da Silva Pimentel

DOI 10.22533/at.ed.4132116016

CAPÍTULO 7..... 87

TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL: UM ESTUDO DO CASO IFOOD

Walney Barbosa dos Reis

Francisco Djalma Silva Luna

DOI 10.22533/at.ed.4132116017

CAPÍTULO 8..... 100

TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO EM EQUIPE PARA CONTRIBUIR COM A SATISFAÇÃO COM A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO, CONSTRUTOS GERAIS

Valentín Alonso-Novelo

Gustavo Alberto Barredo-Baqueiro

Juana María Saucedo Soto

Alicia Hernández Bonilla

DOI 10.22533/at.ed.4132116018

CAPÍTULO 9..... 108

ASSÉDIO MORAL: ANÁLISE DO TEMA POR MEIO DE UMA BIBLIOMETRIA

Lígia Maria Heinzmann

Valdir Machado Valadão Júnior

DOI 10.22533/at.ed.4132116019

CAPÍTULO 10..... 125

ACUMULAR OU NÃO AS DICAS RECEBIDAS POR SUBORDINADOS OU FUNCIONÁRIOS NO MÉXICO

Rosa Hilda Hernandez Sandoval

Laura Leticia Gaona Tamez

Gabriel Aguilera Mancilla

Blanca Estela Montano Perez

Juan Jesus Nahuat Arreguin

Sergio Arcos Moreno

DOI 10.22533/at.ed.41321160110

CAPÍTULO 11..... 135

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS: ESTUDO DE CASO COM EGRESSOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE DE JANAÚBA/MG

Fábio Cantuária Ribeiro

Talita Ribeiro da Luz

DOI 10.22533/at.ed.41321160111

CAPÍTULO 12..... 147

O SEGUNDO IDIOMA NAS EMPRESAS MULTINACIONAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

Roselis Natalina Mazzuchetti

Luís Felipe Mazzuchetti Ortiz

DOI 10.22533/at.ed.41321160112

CAPÍTULO 13.....	154
INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL E SEUS HOT-TOPICS	
Giulia Xisto de Oliveira	
Debora Vestena	
Isabela Marques Kumer	
Gabriel Biondo Brasil	
Jaíne Pompeo Rodrigues	
Karine da Silveira Aquino	
Antonio Marcos Bezerra	
Eduarda Tschiedel da Silva	
Gabriela Campos Comin	
Marcella de Oliveira Xarão	
Victor Cesar Rodrigues Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.41321160113	
CAPÍTULO 14.....	168
INOVAÇÃO EMPREENDEDORA NA CADEIA PRODUTIVA DE PEDRAS PRECIOSAS DA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Carine Dalla Valle	
Andrea Cristina Dorr	
DOI 10.22533/at.ed.41321160114	
CAPÍTULO 15.....	182
O PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO NA ASSESSORIA DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO PARA A INOVAÇÃO. UM ESTUDO EM EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA	
Carlos Roberto Alves	
DOI 10.22533/at.ed.41321160115	
CAPÍTULO 16.....	194
FATORES INIBIDORES AO DESENVOLVIMENTO DE PATENTES EM MPES: UM ESTUDO NO SETOR DE EMBALAGENS PLÁSTICAS	
Rômulo Prezotto	
Djair Picchiai	
DOI 10.22533/at.ed.41321160116	
CAPÍTULO 17.....	218
DESENVOLVIMENTO DA TEORIA CONTÁBIL PARA AUXILIAR A GOVERNANÇA CORPORATIVA: PROPOSTAS DE OPORTUNIDADES DE PESQUISAS	
Rafael Araújo Sousa Farias	
João Barbosa França	
Jonatas Dutra Sallaberry	
DOI 10.22533/at.ed.41321160117	
CAPÍTULO 18.....	234
ALTERAÇÕES NAS NORMAS E OS EFEITOS NAS VARIÁVEIS FUNDAMENTALISTAS:	

UM ESTUDO NAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LISTADAS NA B3

Josicarla Soares Santiago
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante
Fabiano Ferreira Batista
Yara Magaly Albano Soares

DOI 10.22533/at.ed.41321160118

CAPÍTULO 19.....247

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM PEQUENA E MICRO EMPRESA, SÃO LUÍS – MA/ BRASIL

Diego Padilha Trindade

DOI 10.22533/at.ed.41321160119

CAPÍTULO 20.....274

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Renato Luft
Cleber de Araujo
Jeysonn Isaac Balbinot
Daniel Artur Seelig

DOI 10.22533/at.ed.41321160120

CAPÍTULO 21.....287

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: PLANEJAMENTO URBANO NA REGIÃO DE MANGUINHOS A PARTIR DO PAC-FAVELAS E SUAS IMPLICAÇÕES

Leonardo Machado Coelho Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.41321160121

CAPÍTULO 22.....295

AS ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO, DEVEM ACEITAR A CAUSA DE IMPOSTO DE VALOR AGREGADO NO MÉXICO

Rosa Hilda Hernandez Sandoval
Laura Leticia Gaona Tamez
Gabriel Aguilera Mancilla
Juan Jesus Nahuat Arreguin
Blanca Estela Montano Perez
Valentin Alonso Novelo
Gustavo Alberto Barredo Baqueiro
Sergio Arcos Moreno

DOI 10.22533/at.ed.41321160122

CAPÍTULO 23.....308

VARIÁVEIS QUE AFETAM A INTENÇÃO EMPREENDEDORA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Juana María Saucedo Soto
Juan Bernardo Amezcua Núñez
Alicia del Socorro de la Peña de León

Viridiana Galván Maldonado

DOI 10.22533/at.ed.41321160123

CAPÍTULO 24.....320

GRAU DE SATISFAÇÃO DOS DISCENTES EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA PESQUISA DE MARKETING

Danielle Lisboa da Motta

Jorge Alberto Velloso Saldanha

Heleno Ferreira Lima

DOI 10.22533/at.ed.41321160124

CAPÍTULO 25.....336

SATISFACCIÓN Y CULTURA ORGANIZACIONAL: ELEMENTOS INNOVADORES EN LA CALIDAD EN EL SERVICIO EN UNIVERSIDADES PÚBLICAS MEXICANAS

Valentín Alonso-Novelo

Laura Leticia Gaona-Tamez

Jorge Ramón Salazar Cantón

Gabriel Aguilera Mancilla

Rosa Hilda Hernández-Sandoval

DOI 10.22533/at.ed.41321160125

SOBRE O ORGANIZADOR.....347

ÍNDICE REMISSIVO.....348

ALTERAÇÕES NAS NORMAS E OS EFEITOS NAS VARIÁVEIS FUNDAMENTALISTAS: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LISTADAS NA B3

Data de aceite: 04/01/2021

Data de submissão: 21/10/2020

Josicarla Soares Santiago

Professora Doutora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, Litoral Norte Mamanguape/PB
<http://lattes.cnpq.br/1437631384588692>

Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante

Professor Doutor do Departamento de Finanças e Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, João Pessoa Joao Pessoa/PB
<http://lattes.cnpq.br/6437962981885439>

Fabiano Ferreira Batista

Professor Doutor da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande Sousa/PB
<http://lattes.cnpq.br/6704870624223908>

Yara Magaly Albano Soares

Professora Mestre do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, Litoral Norte Mamanguape/PB
<http://lattes.cnpq.br/5973597229251136>

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi verificar se a adoção de uma nova norma está associada a mudanças em Variáveis Fundamentalistas nas empresas de Construção Civil listadas na B3. O critério estabelecido foi verificar se a média de uma

variável confirma um padrão preestabelecido. A amostra foi composta 22 empresas listadas na B3, do segmento de construção civil. Buscou-se relacionar o processo antes e depois da inserção da nova norma. Se procurou trabalhar do período de 2006 a 2011, dado o corte temporal utilizado, verifica-se que nesse momento, as empresas deste setor estão no alcance do CPC 17 (Antes e depois da inserção do CPC 17), embora hoje esse se encontra revogado, pois, suas principais nuances foram incorporadas ao CPC 47. A coleta de dados foi no Banco de Dados Econômica®. E, utilizou do Software Estatístico SPSS 19 para estudar os dados obtidos. As hipóteses de trabalho foram as seguintes: H_0 apontando que a adoção do CPC 17 não influencia as variáveis fundamentalistas e H_1 indicando que a adoção do CPC 17 influencia as variáveis fundamentalistas. Foram usados os testes estatísticos de Kolmogorov-Smirnov e Levene para normalidade e o teste de Mann-Whitney. O resultado encontrando foi que em variáveis como Lucro Líquido e Patrimônio Líquido, existe variação de tendência central, ou seja, o comportamento destas variáveis antes da adoção do CPC 17 se mostra diferente daquele após a obrigatoriedade da nova norma. Aceitando então a hipótese alternativa, H_1 . Como sugestão a este estudo fica a reflexão sobre novos *insights*, tais quais: influência do período de implantação e incorporação de novas normas.

PALAVRAS-CHAVE: Variáveis fundamentalistas, informação contábil, construção civil, CPC 17.

CHANGES IN STANDARDS AND THE EFFECTS ON FUNDAMENTAL VARIABLES: A STUDY IN THE CIVIL CONSTRUCTION COMPANIES LISTED IN B3

ABSTRACT: The objective of this research was to verify whether the adoption of a new standard is associated with changes in Fundamental Variables in construction companies listed in B3. The criterion established was to verify whether the mean of a variable confirms a pre-established pattern. The sample consisted of 22 companies listed in B3, in the construction segment. We sought to relate the process before and after the insertion of the new standard. Tried to work from 2006 to 2011, given the time cut used, it is verified that at that time, companies in this sector are within the scope of CPC 17 (Before and after the insertion of CPC 17), although today this is revoked, because its main nuances were incorporated into CPC 47. Data collection was in the Economática database[®]. E, used the Statistical Software SPSS 19 to study the data obtained. The working hypotheses were as follows: H_0 pointing out that the adoption of CPC 17 does not influence the fundamental variables and H_1 indicating that the adoption of CPC 17 influences fundamental variables. The Kolmogorov-Smirnov and Levene statistical tests were used for normality and the Mann-Whitney test. The result was that in variables such as Profit Liquid and Heritage Liquid, there is a change in the central trend, that is, the behavior of these variables before the adoption of CPC 17 is different from that after the obligation of the new standard. Then accepting the alternative hypothesis, H_1 . As a suggestion to this study is the reflection on new insights, such as: influence of the period of implementation and incorporation of new norms.

KEYWORDS: Fundamental variables, accounting information, construction, CPC 17.

1 | INTRODUÇÃO

Um dos pontos mais discutidos em termos da contribuição dada pela informação contábil ao processo decisório do usuário da Contabilidade é o possível conteúdo informacional do lucro contábil divulgado e sua eventual força para alterar as expectativas dos investidores com relação ao retorno futuro de possíveis investimentos

Ball e Brown (1968); Lopes, Sant'Anna e Costa (2007); Santos e Lustosa (2010); Paulo, Sarlo Neto e Santos (2012), de uma forma geral, indicam em seus estudos, que a informação contábil pode alterar a decisão dos investidores, sendo este conhecimento, incorporado ao preço da ação e estabelecendo, conseqüentemente, variações nas expectativas de rentabilidade futura, o que resulta assim, na comprovação da relevância da informação contábil.

Nesse contexto, é possível levantar que fazem parte do processo decisório do usuário, variáveis advindas do conteúdo informacional do lucro, as quais passam a ser chamadas variáveis fundamentalistas, considerando sua participação na tomada de decisão, podendo de fato interferir na decisão do usuário da Contabilidade, como é o caso do Lucro Líquido (LL), e Patrimônio Líquido (PL).

As informações sobre essas variáveis fundamentalistas são colhidas nos relatórios

financeiros divulgados por suas empresas, obedecendo procedimentos, normas e princípios relativos a ciência contábil. Desta forma, tem-se, então, uma dúvida, qual seja: ao se emitir uma nova norma contábil que trabalhe com interferência direta sobre o lucro haverá influência sobre as variáveis fundamentalistas? Healy e Palepu (2001) destacam que a conclusão mais significativa a respeito do processo de regulação dos relatórios contábeis é que esta fornece informações novas e relevantes para os investidores, ou ao menos tem a intenção. Onde indicia para o fato que uma nova norma interferir na informação contábil e, portanto, na tomada de decisão.

Uma tendência recente que tem estimulado o debate sobre a regulação da divulgação dos relatórios financeiros em todo o mundo, é o fato que as bolsas de valores e os organismos de elaboração de normas de contabilidade de vários países ao redor do mundo, adotaram Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), para atingir os objetivos declarados de “harmonização” e “convergência” das normas contábeis. Assim, muitos questionamentos têm sido abertos a respeito do impacto desta adoção sobre a informação contábil, especificamente, sobre o conteúdo informacional do lucro (LEUZ; WYSOCKI, 2008).

Assim, as práticas contábeis têm sofrido alterações a partir das respostas às mudanças necessárias exigidas diante de acontecimentos internacionais, que buscam por transparência corporativa, maior controle e confiabilidade na divulgação de informações contábeis.

Neste intuito, em 2005 foi constituído no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual objetivou principalmente, promover a adoção das normas internacionais de contabilidade, as quais foram sendo adaptadas, enumeradas e divulgadas. O CPC 17, que hoje se encontra revogado, mas no momento do tempo condicionado para o estudo, era obrigatório para as empresas de construção civil que negociam títulos no mercado de capitais. É válido salientar que hoje as suas informações encontram-se no CPC 47 (2016), tendo-se concluído que seria mais eficiente ficar sob a regulação desse pronunciamento, já que trata da regulação de receitas de uma atividade de um setor importante para a economia.

Essa importância é observada através da contribuição do setor de construção civil na formação do PIB do país, sempre participando do desenvolvimento da economia brasileira (CBIC, 2020).

Pode-se dizer então, que o CPC 17, é uma nova norma contábil que altera procedimentos de receitas e despesas, e portanto, altera o lucro, e possivelmente seu conteúdo informacional, podendo interferir consideravelmente na decisão do usuário de um setor de forte impacto na economia brasileira.

Diante deste contexto, o objetivo desta pesquisa é verificar se a adoção de uma nova norma está associada a mudanças em Variáveis Fundamentalistas nas empresas de Construção Civil listadas na B3.

21 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Contabilidade é responsável pelo reconhecimento, mensuração e evidenciação dos fatos que afetam o patrimônio. No entanto, é na fase da evidenciação que se tem a função mais relevante da contabilidade, considerando que nela as informações contábeis a respeito do patrimônio são fornecidas, divulgadas, publicadas. Portanto, evidenciar é tornar público as informações a respeito da situação patrimonial.

A relevância da evidenciação pode ser focada por vários ângulos como: o que informar (conteúdo), como informar (forma), quando informar (tempo), qual a orientação (regulação). O pano de fundo da discussão é o papel que a informação desempenha para os usuários, ou seja, a utilidade.

A divulgação de um maior número de informações relevantes, diminui a incerteza e, conseqüentemente, aumenta a transparência da empresa. Nesse sentido, a assimetria informacional é diminuída, reduzindo-se a incerteza com relação a eventos futuros, e, portanto, aumentando a confiança do usuário diante da informação contábil disponível para tomada de decisão (MURCIA, et al., 2011).

A discussão sobre evidenciação das informações contábeis remete à necessidade de que informações contábeis sejam disponibilizadas aos usuários e ainda, que o objetivo da contabilidade só será alcançado se assim for feito, no entanto, a validade da discussão só será vivenciada se houver o posicionamento dos responsáveis pela regulação de normas contábeis.

Desta forma, mudanças nas normas que interferem no reconhecimento, mensuração e divulgação, são realizadas no intuito de proporcionar uma melhor resposta da contabilidade à sociedade. A regulação da contabilidade desempenha, portanto, um papel crucial em termos de que as necessidades dos usuários venham ser atendidas.

O CPC 17 foi aprovado em 2009 e tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil das receitas e despesas relacionadas a contratos de construção (CPC, 2009). Hoje ele se encontra revogado e está contido no CPC 47 (2016).

A forma de reconhecer receitas e despesas pode acarretar uma grande diferença entre a informação a ser divulgada e, conseqüentemente, na tomada de decisão. As contas de receita e despesa são contas de resultado, que determinam o desempenho da empresa, sendo, portanto, fundamentais para a tomada de decisão, considerando que os usuários possuem razoável interesse na informação do resultado alcançado, tanto para fins gerenciais como financeiros, na formação de expectativas futuras.

O princípio da competência determina que receitas e despesas devem ser reconhecidas quando da ocorrência do fato gerador. Tendo como essência a correlação que deve existir entre receitas e despesas, uma despesa surge como parte do esforço da geração de receitas. Devendo se atentar também a temporalidade das receitas e despesas, ou seja, ambas devem ser reconhecidas no período de referência (a despesa

só é reconhecida quando a receita correspondente a ela for gerada) e no período em que ocorrerem.

No entanto, há uma grande limitação neste ponto, considerando que se procura estabelecer um momento único para a efetividade do reconhecer, ou seja, procura-se reconhecer toda receita obtida, desconsiderando-se que algumas delas são geradas continuamente, exemplo clássico dos contratos de construção civil, onde a receita deve ser reconhecida durante a execução da produção, embora haja críticas a respeito, por considerar que na maioria das vezes há um grande grau de incerteza quanto ao recebimento futuro.

Pois, um dos grandes focos de discussão da atividade de construção civil é o seu ciclo operacional, questionando-se quando deve ser o momento de reconhecimento da realização da receita e da correspondente despesa.

No que diz respeito ao processo de reconhecimento da receita, cabe notar a distinção existente entre a receita derivada de contratos de construção civil e a receita de outras atividades, isto em virtude do tempo que cada uma requer para a realização financeira. Na construção civil, a receita deve ser reconhecida durante a execução da produção, o que gera um grau acentuado de incerteza quanto àquela realização.

Assim, o CPC 17 procurou revogar a discussão gerada sobre a realização das receitas nos contratos de construção, determinando que o princípio de competência deve ser respeitado, de forma que as receitas devem ser reconhecidas no decurso do contrato (método do percentual de conclusão de cada empreendimento (CPC, 2009).

A discussão sobre o CPC 17 é ainda mais interessante, pois várias particularidades estão presentes na especificidade da atividade, onde de fato interpretações diferenciadas altera o reconhecimento, a mensuração e evidenciação das receitas e despesas, e portanto, do lucro. Pode-se dizer assim, que o conteúdo informacional do lucro será impactado e na sequência variáveis integradas a este, variáveis fundamentalistas, podem ser impactadas, como é o caso do Lucro Líquido e Patrimônio Líquido. Sendo estas variáveis passível de apresentarem implicações diretas na decisão dos usuários da informação contábil.

3 | METODOLOGIA

Dentro do contexto aqui em discussão, foram estudadas variáveis que estivessem passíveis de assumir comportamentos diferenciados após a adoção de determinada norma de efeito direto no lucro. As variáveis estudadas em termos de sua dependência foram: Lucro Líquido e Patrimônio Líquido.

A ideia geral é que o anúncio do lucro agrega valor para o mercado de capitais, desta forma, as variáveis escolhidas foram ressaltadas pelo seu poder de influenciar no processo decisório dos detentores desta informação. Cabe salientar que as variáveis escolhidas foram referenciadas como detentoras de um importante papel na tomada de

decisão dos investidores, sendo destacadas no trabalho de Costa Jr. e Neves (2000) como variáveis fundamentalistas. Desta forma, considerou-se as situações expostas no quadro 1:

Situação 1: H_0 : A adoção do CPC 17 não influencia a variável LL H_1 : A adoção do CPC 17 influencia a variável LL
Situação 2: H_0 : A adoção do CPC 17 não influencia a variável PL H_1 : A adoção do CPC 17 influencia a variável PL

Quadro 1 - Hipóteses de Trabalho
Fonte: Produção dos Próprios Autores

Em sequência, se encontrou como forma de resgatar a associação da regulação com as variáveis escolhidas, a incorporação de uma variável qualitativa, as quais comumente inserem no modelo, a presença ou ausência de determinado atributo, que são apresentados, na maioria das vezes, através dos valores 0 ou 1, onde 1 indica a presença do atributo e 0 a ausência dele. As variáveis dispostas como 0 ou 1 são chamadas de variáveis binárias (*Dummies*) (GUJARATI; PORTER, 2011).

Assim, para cada variável em estudo se trabalhou com uma *Dummy*, onde a mesma determinava se a variável em questão já estava “incorporando” a adoção do CPC 17 ou não.

Considerando a intenção de investigar se a adoção de uma nova norma está associada a mudanças no comportamento de variáveis de poder decisório, se delimitou o estudo a um setor específico, o qual recebe a implicação especial de uma norma.

A amostra foi composta por empresas listadas na B3, restringindo-se aquelas classificadas no setor econômico de construção e transporte, subsetor construção e engenharia, e no segmento de construção civil, o qual é composto por 22 empresas.

As empresas deste setor, no momento pesquisado, estavam no alcance do CPC 17 - Contratos de Construção. “O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção” (CPC, 2009).

Dadas às nuances do setor, se tomou como ponto inicial a análise das notas explicativas das firmas ressaltadas acima, de modo que, se pudesse fazer uma análise prévia do tratamento dado por estas à receita, verificando-se sua aderência ao CPC 17. Vale salientar, que a grande maioria das empresas em questão exerce diversos tipos de atividades e para enquadramento na norma deve ser analisado o contrato individualmente.

Para fins desta pesquisa, se identificou qualquer possível enquadramento, desde que houvesse afirmativa que determinasse que a receita era apropriada segundo a orientação do CPC 17, ou seja, “quando a conclusão do contrato de construção puder ser confiavelmente

estimada, a receita associada ao contrato de construção deve ser reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço” (CPC, 2009).

Cabe destacar que foram estudadas as informações disponíveis para as empresas que negociam ações em natureza ON, onde tal escolha se deu considerando que a maioria tem o predomínio de ações negociadas nesta natureza e as que assim não o são, negociam das duas formas (ON e PN). A amostra selecionada foi disposta no quadro 2:

Brookfield Incorporações S.A. e Controladas
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.
CIMOB Participações S.A.
Construtora Adolpho Lindenberg S/A
CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.
Cyrela Brazil Realty S.A.
Direcional Engenharia S.A.
EVEN Construtora e Incorporadora S.A.
EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A.
Gafisa S.A.
Helbor Empreendimentos S.A
JHSF Participações S.A.
João Fortes Engenharia S.A.
MRV Engenharia e Participações S.A. e Controladas
PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações
Rodobens Negócios Imobiliários S.A.
Rossi Residencial S/A
TECNISA
Trisul S/A
Viver Incorporadora e Construtora S.A.

Quadro 2: Empresas participantes da pesquisa

Fonte: Produção dos Próprios Autores

Procurou-se relacionar o processo antes e depois da inserção da nova norma (CPC 17). Tendo sido o CPC 17 aprovado em 2009 (CPC, 2009), se procurou, portanto, trabalhar do período de 2006 a 2011, onde os dados foram buscados segundo sua disponibilidade trimestral.

Assim, se buscou no Banco de Dados Económica© todos os dados disponíveis do período em referência e se utilizou do *Software* Estatístico SPSS 19 para investigar os dados obtidos.

Sendo o objetivo deste trabalho, verificar se a adoção de uma nova norma está

associada a mudanças em Variáveis Fundamentalistas nas empresas de Construção Civil listadas na B3, se estabeleceu como critério apropriado estudar se a média de uma variável confirma um padrão preestabelecido.

Maroco (2003) destaca que a comparação de parâmetros populacionais (média, variância, mediana, etc.) é um tipo de inferência estatística bastante útil para testar a significância de tratamentos ou fatores que influenciam a resposta da variável medida, e em que se pretende testar se o tratamento teve ou não associação significativa.

Dentro desses preceitos, se realizou inicialmente o teste de Kolmogorov-Smirnov para testar a normalidade e para testar a homogeneidade das variâncias o teste de Levene.

Ainda utilizou-se como alternativa o teste de Mann-Whitney, que é um teste não paramétrico para quando se tem duas amostras independentes e “compara o centro de localização das duas amostras, como forma de detectar diferenças entre as duas populações correspondentes” (PESTANA; GAGEIRO, 2000, p. 311). Esta pesquisa utilizou duas amostras, considerando que se trabalhou com as empresas em período de não obrigatoriedade de utilização do CPC 17, assim como o período em que o CPC 17 se fez obrigatório. Devendo-se enfatizar que para estudo de médias é necessário que se tenha no mínimo dois grupos, o antes e depois da adoção do CPC 17.

Desta forma, considerando que a informação contábil do lucro tem conteúdo informacional, e que o CPC 17 altera a informação contábil do lucro, através de mudanças no tratamento de receitas e despesas, pode-se esperar que haja mudança no conteúdo informacional do lucro. Desta forma, parte-se do pressuposto que antes da adoção do CPC 17 as variáveis fundamentalistas aqui trabalhadas tinham um comportamento diferente do verificado depois da adoção do CPC 17.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Variável Lucro Líquido

A primeira variável a ser testada foi o Lucro Líquido, cuja inclusão deve-se ao fato desta ser considerada como fundamental para a tomada de decisão dos investidores. Dessa forma, buscou-se verificar se esta variável sofreu influência da inserção de uma nova norma, através da análise da distribuição dos *scores* antes e depois da inserção desta.

Foram deixados como integrantes do conjunto de dados apenas aqueles com características mais próximas, sendo excluídos das amostras os ditos *Outlier*, considerando que tais dados podem enviesar o resultado alcançado. Porém, os *Outlier* podem ser visto no gráfico *Boxplot*.

No Gráfico 1 tem-se, portanto, a dispersão dos dados, após a exclusão dos dados aberrantes, destacando que se optou por retirar só os que poderiam trazer maior impacto, sendo mantido aqueles que passaram ao primeiro critério de exclusão. Percebe-se no

gráfico 1 que as distribuições antes e depois à inserção do CPC 17 possuem igualdade de forma, diferindo em tendência central e dispersão, ou seja, apresentam diferentes médias e medianas e diferentes amplitudes inter-quartis.

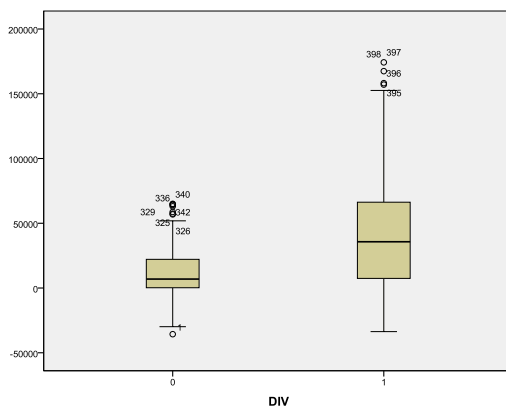


Gráfico 1 - Gráfico *Boxplot* – Lucro Líquido

Fonte: Produção dos Próprios Autores (Dados da Pesquisa)

Desta forma, se verifica que as amostras trabalhadas (antes e depois do CPC 17), apresentam comportamentos diferenciados, levantando indícios de que houve mudança quando a obrigatoriedade do CPC foi imposta.

Em atenção à Tabela 1, confirma-se as observações realizadas no Gráfico 1.

	Antes do CPC 17			Depois do CPC 17			Mann-Whitney Test
	Statistic	Std. Error	Ranks	Statistic	Std. Error	Ranks	
Mean	11.428,22	1.416,46		42.065,15	2.908,02		10.833
Median	6.910,00			35.717,00			
Skewness	0,648	0,179		0,878	0,167		
Mann-Whitney U							
N			185			213	

Tabela 1 - Estatísticas descritivas para variável Lucro Líquido

Fonte: Produção dos Próprios Autores (Dados da Pesquisa)

Verifica-se também que os grupos possuem igualdade de forma, observada através do coeficiente de assimetria, resultante do quociente do Skewness e seu respectivo Std.

Error (3,6 (0,648/0,179) e 5,3 (0,878/,0167)) que, quando maiores que 1,96, rejeita-se a simetria, conforme Pestana e Gageiro (2000). Logo, ambos os grupos são assimétricos positivos ou apresentam distribuição enviesada à esquerda, ou seja, possuem igualdade de forma, pressuposto este necessário à realização do teste Mann-Whitney.

O teste Mann-whitney (Tabela 1) apresentou um nível de significância inferior ao nível de significância adotado (0,05), conduzindo a rejeitar a hipótese formulada nesta pesquisa H_0 , e a concluir que a variável Lucro Líquido difere em tendência central. Os *ranks* evidenciam que o Lucro Líquido antes da adoção do CPC 17 é, em média, inferior aquele divulgado depois da adoção desse pronunciamento.

Desta forma, o comportamento diferenciado proposto pelo teste de Mann-Whitney ao se comparar a variável Lucro Líquido antes e depois da obrigatoriedade do CPC 17, indicia que tal norma pode ter proporcionado mudanças na evidenciação desta variável, confirmando que a regulação impacta no comportamento do investidor.

4.2 Variável Patrimônio Líquido

No Gráfico 2 visualiza-se, a dispersão dos dados, excluídos os dados aberrantes. Percebe-se nesse gráfico que as distribuições antes e depois à inserção do CPC 17 possuem igualdade de forma, apresentando diferentes médias e medianas e diferentes amplitudes inter-quartis.

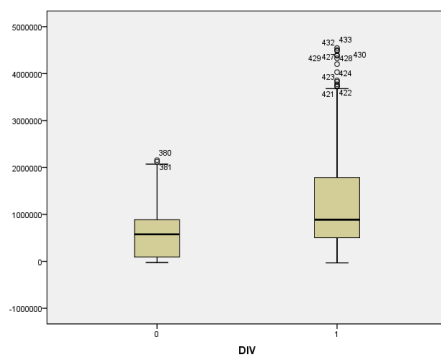


Gráfico 2 - Gráfico *Boxplot* – Patrimônio Líquido

Fonte: Produção dos Próprios Autores (Dados da Pesquisa)

Desta forma, se verifica que os dados em análise, antes e depois do CPC 17, se comportam de forma diferente, apresentando sinais de mudança após a obrigatoriedade da nova norma. A Tabela 2, confirma as inferências realizadas no Gráfico 2.

	Antes do CPC 17			Depois do CPC 17			Mann-Whitney Test
	Statistic	Std. Error	Ranks	Statistic	Std. Error	Ranks	
Mean	608.493,45	38.426,19		1.306.827,51	74.685,70		14.329
Median	576.066,00			886.713,00			
Skewness	0,798	0,169		1,177	0,162		
Mann-Whitney U							
N			208			225	

Tabela 2 - Estatísticas descritivas para Patrimônio Líquido

Fonte: Produção dos Próprios Autores (Dados da Pesquisa)

Conforme pode ser visualizado no gráfico 2 e reiterado na tabela 2, os resultados apresentaram diferenças de medidas de posição (média e mediana) e de dispersão (interquartis). Houve ainda apresentação de igualdade de forma, verificada através do coeficiente de assimetria, resultante do quociente do Skewness e seu respectivo Std. Error (4,7 e 7,4), onde, não se rejeita a simetria individual. Os dois grupos são, portanto, assimétricos positivos, iguais em sua forma, pressuposto este necessário à realização do teste Mann-Whitney.

O nível de significância apresentado no teste de Mann-whitney (Tabela 2) foi inferior ao nível de significância adotado (0,05), conduzindo a rejeição da hipótese de pesquisa H_0 , e a concluir que a variável Patrimônio Líquido difere em tendência central. Os *ranks* demonstram que o Patrimônio Líquido antes da adoção do CPC 17 é, em média, inferior aquele divulgado depois da sua adoção.

O comportamento diferenciado proposto pelo teste de Mann-Whitney, ao se comparar a variável Patrimônio Líquido antes e depois da obrigatoriedade do CPC 17, denota que esta norma pode estar associada a mudança na evidenciação desta variável, confirmando a influência da regulação.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi verificar se a adoção de uma nova norma está associada a mudanças em Variáveis Fundamentalistas nas empresas de Construção Civil listadas na B3.

Desta forma, foram analisadas as empresas em dois períodos de tempo, antes e depois da adoção do CPC 17, com o intuito de verificar se havia mudança de comportamento de um período para o outro (antes e depois da adoção do CPC 17).

O resultado encontrando foi que em variáveis como Lucro Líquido e Patrimônio Líquido, existe variação de tendência central, ou seja, o comportamento destas variáveis

antes da adoção do CPC 17 se mostra diferente daquele após a obrigatoriedade da nova norma.

É importante destacar que o resultado aqui encontrado é aplicado de forma *CeterisParibus*, ou seja, considera-se a aplicação do CPC 17 de forma isolada, atribuindo-se a variação de tendência central a sua adoção e a não variação ao fato de que sua obrigatoriedade não afeta determinada variável.

No entanto, é válido salientar que o CPC 17 foi introduzido em período de convergência internacional, onde diversas normas contábeis estão sofrendo alterações e se sabe que a dinamicidade da contabilidade faz com que a alteração em um procedimento possa ser associada a outro, de forma que, o estudo da implicação de outros pronunciamentos pode ser complementar ao aqui realizado.

Talvez um estudo no ano de implantação de determinada norma com relação aos demais anos individualmente, possa ainda refletir novos *insights*, tais quais: influência do período de implantação, incorporação de novas normas, entre outros.

De uma forma geral, o processo de regulação exige sobremaneira de atenção a respeito dos possíveis impactos ocasionados quando da evidenciação de informação, caso contrário, as discussões sobre a necessidade das informações contábeis serem úteis ao processo de tomada de decisão, ficarão restritos a dita “discussão”, não chegando a ser vivenciado na prática.

REFERÊNCIAS

BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 6, n. 2, p.159-178, 1968.

COSTA JR, N. C. A.; NEVES, M. B. E. Variáveis fundamentalistas e os retornos das ações. **Revista Brasileira de Economia**. vol. 54, n. 1, Rio de Janeiro, 2000.

CPC. **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 17**: Contratos de Construção. 2009. (revogado a partir de 1º/01/2018).

CPC. **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 47**: Receita de Contrato com Cliente. 2016.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. Trad. Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia G. L. Rosa. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**.31, 405–440, 2001.

CBIC. **BANCO DE DADOS CBIC**: PIB Brasil e Construção Civil. 2020. Disponível em: < <http://www.cbicdados.com.br/menu/pib-e-investimento/pib-brasil-e-construcao-civil>>. Acesso em: 19 de out. de 2020.

LEUZ, C.; WYSOCKI, P. Economic Consequences of Financial Reporting and Disclosure Regulation: A Review and Suggestions for Future Research. **A Review and Suggestions for Future Research**. March, 2008.

LOPES, A. B.; SANT'ANNA, D. P.; COSTA, F. M. A relevância das informações contábeis na BOVESPA a partir do arcabouço teórico de Ohlson: avaliação dos modelos de Residual Income Valuation e Abnormal Earnings Growth. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, São Paulo, V. 42, n. 4, p. 497-510, Out/Nov/Dez 2007.

MAROCO, J. **Análise Estatística com Utilização do SPSS**. 2 ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2003.

MURCIA, et al. Impacto do Nível de Disclosure Corporativo na Volatilidade das Ações de Companhias Abertas no Brasil. **Revista de Economia e Administração**, V. 10, n. 2, p. 196-218, Abr./Jun. 2011.

PAULO, E. SARLO NETO, A.; SANTOS, M. A. C. Reação do Preço das Ações e Intempestividade Informacional do Lucro Contábil Trimestral no Brasil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, V. 5, n. 1, p. 54-79, 2012.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de Dados para Ciências Sociais: A complementariedade do SPSS**. 2 ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2000.

SANTOS, M. A. C. LUSTOSA, P. R. B. Importância Relativa do Conteúdo Informacional do Resultado Contábil no Mercado Acionário Brasileiro. In: **Anais do X Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e VII Congresso de Iniciação Científica de Contabilidade**, São Paulo, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 5, 20, 29, 32, 39, 40, 41, 43, 44, 60, 71, 72, 77, 83, 87, 95, 97, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 123, 124, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 148, 154, 160, 166, 167, 168, 181, 187, 194, 202, 214, 215, 216, 223, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 246, 247, 250, 251, 254, 263, 271, 272, 273, 274, 275, 278, 279, 284, 285, 286, 334, 335, 347

Agência 162, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 231

Almoxarifado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11

Assédio moral 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 124

Auditoria 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 224, 225, 228

B

B3 222, 234, 235, 236, 239, 241, 244

Brasil 12, 32, 34, 44, 57, 71, 74, 77, 78, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 108, 109, 110, 124, 139, 140, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 163, 172, 175, 180, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 214, 215, 216, 222, 230, 231, 232, 236, 245, 246, 247, 249, 257, 272, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 287, 288, 289, 291, 292, 323

C

Cadeia de suprimento 30, 31, 32, 33

Cadeia produtiva 135, 168, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 217

Carreira 137, 274, 275, 278, 279, 280, 281, 283

Competência(s) 32, 33, 111, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 182, 183, 187, 188, 191, 192, 237, 238

Comportamento 23, 34, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 84, 120, 122, 200, 223, 234, 239, 241, 243, 244, 254, 260, 267, 270, 278, 308, 334

Comprador(es) 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 55, 252

Construção civil 234, 236, 238, 239, 241, 244, 245

Consumidor 43, 44, 45, 48, 49, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 90, 92, 95, 254, 260, 267, 269, 270, 321, 334, 337, 339

Contabilidade 11, 13, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 245, 246, 273

Cuba 74, 80, 81, 82, 83, 85, 86

Cultura organizacional 78, 100, 105, 106, 107, 157, 208, 336, 341, 344, 345, 346

E

Embalagens 61, 67, 72, 194, 195, 202, 203, 212, 213

Empreendedor 171, 194, 196, 199, 201, 202, 212, 216

Empreendedorismo 87, 168, 169, 172, 194, 200, 213, 214, 308

Empresa(s) 9, 2, 3, 10, 15, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 54, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 107, 116, 117, 123, 126, 127, 136, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 157, 158, 167, 171, 172, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 232, 233, 234, 236, 239, 240, 241, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 277, 308, 309, 311, 312, 314, 316, 318, 319, 321, 345, 346, 347

Ensino superior 117, 118, 136, 141, 320, 321, 323, 336, 337

Equipe 3, 7, 10, 100, 186, 190, 191, 251, 264, 281

Estoque(s) 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12

Estratégia 2, 31, 63, 94, 147, 148, 156, 171, 172, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 197, 201, 205, 214, 215, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 258, 264, 267, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 279, 285, 335, 347

F

Fila(s) 14, 15, 16, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 320, 328, 329, 330, 333

Fornecedor(es) 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 91, 150, 152, 155, 184, 186, 190, 191, 218, 219, 221, 268, 269

G

Gestão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 30, 33, 34, 40, 63, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 108, 110, 124, 136, 137, 140, 145, 146, 147, 151, 155, 156, 157, 158, 161, 165, 166, 167, 179, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 198, 210, 213, 214, 216, 219, 221, 222, 228, 229, 231, 255, 272, 274, 278, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 322, 334, 347

Gestor(es) 2, 3, 6, 7, 8, 9, 12, 30, 32, 34, 35, 39, 110, 135, 140, 141, 142, 144, 157, 182, 186, 187, 188, 190, 191, 201, 212, 219, 220, 221, 224, 227, 228, 275, 277, 289, 324, 328

Governança corporativa 113, 124, 218, 219, 221, 222, 229, 230, 231, 232, 233

I

Inconsciente 43, 46

Informação 9, 12, 38, 44, 47, 49, 88, 89, 90, 95, 97, 138, 150, 151, 183, 184, 190, 191, 192, 203, 204, 206, 208, 209, 211, 212, 214, 219, 221, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 245, 247, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 325

Inovação 41, 85, 88, 113, 124, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215,

216, 217, 347

M

Marketing 33, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 107, 138, 151, 155, 171, 184, 193, 247, 250, 255, 256, 258, 260, 265, 271, 273, 308, 309, 320, 321, 322, 324, 325, 327, 334, 335, 345, 346

Mercado 3, 4, 10, 12, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 90, 94, 95, 96, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 152, 155, 169, 170, 171, 179, 180, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 208, 209, 218, 222, 226, 227, 230, 236, 238, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 282, 291, 310, 311, 324, 337

México 106, 107, 125, 126, 127, 132, 295, 298, 300, 308, 311, 312, 317, 318, 345, 346, 347

Microempresa(s) 247, 248, 249, 252, 255, 272, 314

Mudanças climáticas 74, 75, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85

N

Navio(s) 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 28, 29

Neuromarketing 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

O

Organização 1, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 15, 35, 55, 63, 64, 66, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 90, 94, 109, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 155, 156, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 200, 201, 216, 219, 220, 221, 222, 226, 227, 228, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 258, 265, 270, 275, 276, 277, 278, 288, 289, 321, 323, 324

P

PAC 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294

Patentes 194, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Planejamento 2, 3, 5, 7, 9, 12, 17, 32, 64, 68, 72, 79, 80, 82, 99, 138, 142, 146, 193, 215, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 269, 270, 271, 272, 273, 282, 284, 287, 289, 290, 292, 294

Políticas públicas 45, 57, 171, 287, 288, 289, 290, 293, 294, 321, 323, 347

Porto 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 28, 29, 40, 99, 123, 124, 145, 146, 180, 181, 193, 214, 215, 245, 271, 272, 284, 294, 334, 335

Propriedade industrial 194, 195, 197, 204, 208, 214, 215, 216, 217

Q

Qualidade 3, 6, 8, 10, 13, 31, 34, 65, 71, 81, 85, 100, 109, 111, 112, 139, 169, 170, 172, 174, 184, 190, 229, 230, 250, 251, 252, 253, 259, 287, 288, 290, 291, 292, 320, 322, 328, 329, 330, 331, 336, 337

R

Registro 1, 141, 197, 198, 204, 211, 216, 225, 305

Responsabilidade social 55, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 85, 86, 160, 218, 226, 229

S

Satisfação 2, 39, 43, 45, 64, 69, 100, 258, 261, 320, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Secretariado executivo 182, 183, 187, 188, 191, 192, 193

Sustentabilidade 79, 113, 124, 155, 156, 157, 158, 160, 166, 183, 227, 251

T

Tecnologia 12, 38, 61, 70, 71, 72, 85, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 137, 148, 149, 150, 151, 160, 165, 166, 183, 184, 185, 187, 193, 197, 198, 199, 201, 214, 230, 272, 274, 275, 280, 284, 285, 286, 335, 347

Teoria 13, 14, 15, 19, 21, 28, 29, 39, 46, 52, 54, 55, 139, 145, 146, 181, 183, 184, 193, 194, 196, 199, 200, 202, 204, 205, 216, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 272, 294, 325

Trabalho 2, 3, 5, 7, 11, 13, 14, 15, 20, 29, 47, 57, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 96, 98, 100, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 123, 124, 126, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 149, 152, 170, 179, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 195, 198, 202, 211, 212, 214, 220, 225, 228, 232, 234, 239, 240, 255, 256, 257, 258, 260, 264, 269, 270, 274, 275, 279, 283, 284, 285, 291, 334, 335

U

Universidade 14, 30, 61, 71, 72, 73, 74, 87, 108, 117, 118, 146, 154, 161, 166, 168, 182, 213, 214, 218, 229, 234, 246, 271, 274, 285, 286, 287, 294, 320, 322, 323, 327, 328, 334, 335, 336, 347

V

Vantagem competitiva 5, 31, 32, 33, 61, 63, 65, 66, 69, 71, 72, 78, 157, 158, 178, 179, 186, 190, 192, 197, 209, 249, 250, 252, 259, 272

Variáveis fundamentalistas 234, 235, 236, 238, 239, 241, 244, 245



ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

**Atena**
Editora

Ano 2021



ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021